

PRÁXIS NO PROCESSO FORMATIVO DE AGENTES SOCIAIS: fortalecendo lideranças femininas na resistência pelo direito das mulheres na favela do Caju)

Karina Avelar da Silva ¹
Jessika Santos Mota Lima ²
Gilda Gonçalves Freire ³

RESUMO

A atuação de mulheres em territórios de favelas tem demonstrado historicamente o papel crucial para representação das necessidades de seus territórios, construção de redes de apoio e luta por direitos sociais. A Fundação Gol de Letra, instituição do “terceiro setor” atuante no complexo de favelas do Caju, RJ, a partir do projeto de formação de Agentes Sociais, visa capacitação de mulheres para fortalecimento de papéis de liderança comunitária, atua sob o referencial teórico-metodológico fundamentado nos Direitos Humanos, Mobilização Comunitária e Habilidades Pessoais, destacando a realidade das mulheres em contextos de favela, numa perspectiva interseccional. Como resultado do processo formativo no ano de 2020 a 2022, em meio à crise sanitária e social, e a identificação entorno das dificuldades das mulheres em reconhecerem os mecanismos de proteção e promoção de direitos, devido ao estigma associado aos territórios de favela e à violência policial, foi produzida uma cartilha que apresenta a história de mulheres do Caju e metodologias participativas na construção de redes de proteção e promoção de mulheres. Nesse sentido, este artigo tem o propósito de refletir as práticas dessa formação divididas em: 1) ampliar a apreensão sobre os métodos e abordagens de educação que orientaram a formação e sua correlação com referenciais teóricos de educação popular e contra hegemônicos; 2) analisar um dos produtos da formação que construiu um “Fluxo de Serviços para Mulheres do Caju em situação de violência” considerando aspectos de fortalecimento local e reconhecimento de potencialidades territoriais na sobrevivência das mulheres. As principais reflexões apontam para a importância de dar centralidade às mulheres desses territórios, de ressignificar a temática da violência doméstica na comunidade e de capacitar as mulheres como multiplicadoras de conhecimento. Conclui-se que este trabalho formativo contribui para a promoção de direitos humanos no Caju e aponta para uma sociedade mais justa e humanamente emancipada.

Palavras-chave: Mulheres, Liderança Comunitária, Lideranças femininas, Direitos Humanos, Favela.

¹ Analista de Projetos Sociopedagógicos. Especializanda em Educação e Direitos Humanos pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF, karina.avelar@goldeletra.org.br;

² Agente Social. Graduanda em ciências sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, jessikasafira1.0@gmail.com;

³ Agente Social. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, gildafreire@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A atuação das mulheres em territórios de favelas tem sido historicamente reconhecida como crucial para a representação das necessidades locais, construção de redes de apoio e luta por direitos sociais. Em contextos de vulnerabilidade, essas mulheres se destacam como agentes de transformação, enfrentando desafios específicos decorrentes de estigmas sociais e de violências nos territórios.

Entendendo o potencial do trabalho com mulheres nos diferentes contextos societários, a Fundação Gol de Letra, uma instituição do “terceiro setor”, sem fins lucrativos, no complexo de favelas do Caju, RJ, tem promovido o projeto de formação de Agentes Sociais, que visa capacitar mulheres para fortalecer seus papéis de liderança comunitária.

Os esforços de formação de mulheres no projeto, entre 2020 e 2022, ocorreram em meio a uma crise sanitária que ampliou as desigualdades sociais e evidenciou a importância de práticas educativas engajadas e orientadas para a promoção de direitos humanos.

A metodologia deste estudo, centrada em um relato de experiência, descreve a vivência e os aprendizados gerados no projeto de capacitação de Agentes Sociais, com o exercício de sistematizar e refletir a prática buscando potenciais correlações com a educação popular e referenciais contra-hegemônicos. Acreditamos que este tipo de educação busca não apenas transmitir conhecimento, mas também criar um espaço de reflexão e ação, onde as participantes possam se organizar, construir coletivamente e desafiar estruturas opressivas, como propõem os estudos de Paulo Freire e Bell Hooks (FREIRE, 1987; HOOKS, 2017).

O projeto se orientou por metodologias que valorizam saberes locais e propõem uma educação transformadora, capaz de responder às necessidades das mulheres do Complexo de Favelas do Caju, um bairro localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, marcado pelo estigma à violência devido à presença ostensiva de grupos civis armados e venda de drogas ilícitas.

Este artigo, portanto, busca explorar e documentar os métodos pedagógicos aplicados na formação de mulheres do Caju como Agentes Sociais, abordando as experiências, dificuldades e conquistas do projeto durante o período pandêmico. Através da observação e análise do material educativo produzido em conjunto, a pesquisa visa

fortalecer a compreensão das pedagogias não-hegemônicas como ferramentas para a emancipação e transformação social das participantes e da comunidade como um todo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa é baseada em um relato de experiência, que documenta o processo de formação de mulheres no contexto do Caju, RJ, entre 2020 e 2022. Este relato reflete as vivências, desafios e aprendizados adquiridos ao longo do projeto de capacitação de Agentes Sociais.

Buscou-se refletir a respeito dos métodos educacionais utilizados na formação das mulheres e suas possíveis correlações com as teorias de educação popular e contra-hegemonia. Os aspectos da experiência serão relatados a partir de instrumentos de observação e análise da cartilha “*A práxis no processo formativo de Agentes Sociais: vivências artísticas como possibilidade de superação das violências*”, produzida em conjunto entre educadoras e educandas. Além disso, serão considerados acumulados de experiência das vivências das partes que constroem esse documento: educadora e agentes sociais formadas.

Nesse sentido, a realização da revisão de literaturas foi fundamental. Este momento foi dividido em dois eixos de análise: 1) teorias de educação popular no trabalho; 2) pedagogias não-hegemônicas para pensar formação de lideranças.

Na sequência, realizou-se uma breve análise do “*Fluxo de Serviços para Mulheres do Caju em situação de Violência*”, disponibilizado na cartilha supracitada, tendo-o reconhecido como produto que se funda nesse território, por e para essas e tantas outras mulheres, fruto de práticas pedagógicas populares, com viés emancipatório, com construção coletiva e respeitando os saberes já construídos cotidianamente por essas mulheres.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da Constituição Federal de 1988, denominada “Constituição Cidadã”, há uma forte incorporação da temática dos direitos humanos no conjunto de leis e políticas públicas, “[...] centrados na proteção e na promoção dos direitos humanos” (CANDAU, 2012, p.17). Entretanto, esse esforço marcado pelo exercício das leis e orientado na

perspectiva da defesa dos direitos, convive com violações sistemáticas que (re) produzem relações desiguais no contexto de cidadãos e cidadãs em áreas periféricas e populares.

Nas últimas décadas, especialmente após o período conhecido como “redemocratização do Brasil”, o ativismo de mulheres, em particular, mulheres negras e de origem popular, vem impulsionando novas formas de compreender a realidade da população brasileira, principalmente com relação à justiça social e à democracia (CARNEIRO, 2018; LOURENÇO; FRANCO, 2021; JORGE, 2023). Isso se torna evidente nos espaços periféricos, quando observamos o trabalho desenvolvido por elas em associações de moradores, projetos sociais, coletivos e movimentos sociais.

As pautas associadas a conquistas de condições dignas de vida em contextos sociais marcados pelo racismo, pelo sexismo, pela LGBTQIAPN+fobia, pela violência armada, dentre tantas outras formas de desigualdade, são colocadas pelos grupos de mulheres em diferentes momentos da história, ora centrados por questões que afetam sua subjetividade, ora marcados por contextos plurais e estruturantes, sempre se relacionando.

Segundo Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012), as pautas que envolvem grupos marginalizados ou vulneráveis também comprometem parte da atuação e organização dessas mulheres. Destacando para o fato de que ao se associarem ampliam a percepção da cidadania, o estímulo de ações cívicas e solidárias. Como efeito vêm-se fortalecidas para denúncias de injustiças e questionamento aos padrões de poderes tradicionais.

Assim sendo, destaca-se que a atuação de mulheres negras e periféricas, vem sendo observada como uma mobilização para melhora na qualidade de vida como um todo, levando em consideração não apenas os aspectos de gênero, mas as marcas das vulnerabilidades sociais dos contextos em que vivem. Sendo, portanto, um importante marcador, principalmente nas periferias urbanas, onde os efeitos da militarização das políticas de segurança pública, da violência institucional e da dinâmica de violência armada impactam profundamente seus territórios (BARROS; GUARIENTO, 2019).

Neste contexto, direcionamos nosso olhar e escuta para o trabalho com mulheres do território do Caju, RJ, buscando compreender profundamente as potencialidades e a realidade em que estão inseridas. A partir dessa compreensão, propomos práticas educativas que abordem temáticas relacionadas com a educação em direitos humanos, promovendo o diálogo e o fortalecimento dessas mulheres.

Entendemos educação como um tipo específico de socialização, uma resposta a nossa consciência, de seres inacabados a seres que buscam melhorias individual e coletivamente (FREIRE, 1987). Assim sendo, a educação deve ser entendida como um

direito humano fundamental. A partir de práticas de educação não-formal vê-se a possibilidade de práticas libertadoras pela transformação social.

Assim como Santos (2013), entendemos que para além dos espaços escolares, a educação é “aprendizado pelo qual o ser social incorpora certos conhecimentos que lhe permitem compreender e agir sobre a realidade que o cerca, é um ato que marca a própria materialidade do homem” (SANTOS, 2013, p. 39). Dessa forma, as experiências com a formação das Agentes Sociais nos possibilitaram refletir a respeito da Educação Popular, fruto de experiências gestadas como respostas a práticas educativas esvaziadas de sentido.

Mais que um método, entendemos a Educação Popular, em sua trajetória no Brasil e América Latina, como a possibilidade de centrar o sujeito na sua integralidade, sendo levada a patamares de uma epistemologia da educação. A possibilidade de enxergar no ato de educar: movimento, ação e horizontalidade; assim como preconiza Paulo Freire (2022) em sua obra “*Educação como Prática da Liberdade*”.

Em meio a trajetória de diferentes conceitos de educação que se destacam na história do Brasil, nos chama a atenção as relacionadas à Educação Popular, sobretudo, considerando seu caráter comprometido, democrático, decolonial, e, em suma, crítico, sintetizando-se em um processo de educação pela transformação.

Portanto, pautamos a expressão da Educação Popular forjada no campo, nas organizações e lutas sociais populares no Brasil e na América Latina, responsável por avanços e conquistas em nossa história. Uma educação que respeita os saberes e as pedagogias vivenciadas no cotidiano das camadas populares que se estruturam na luta pela garantia de direitos e transformação de suas realidades (PALUDO, 2001).

Partimos do pressuposto que em sua essência político-pedagógica, a Educação Popular busca desenvolver a consciência crítica e organizativa das camadas populares, assim como preconizam as obras de Paulo Freire. Esse processo exige uma educação com intencionalidade concreta e bem estruturada, que parte da realidade dos indivíduos envolvidos e é construída de forma coletiva (FREIRE, 2022). Assim, uma educação voltada para fortalecer a articulação e a mobilização gira em torno da organização e da transformação social, necessariamente inserida na luta popular.

A Educação Popular, portanto, é entendida neste trabalho como uma ferramenta necessária, uma concepção prático-teórica e uma metodologia de educação que articula diferentes saberes, práticas, dimensões culturais e direitos humanos, compromissada com as classes populares e transformação social.

Entendendo, portanto, o potencial da Educação Popular no respeito aos saberes populares e na possibilidade de consolidação de práticas não-hegemônicas de produção de conhecimentos e resistências, que pensamos a articulação coletiva de mulheres e seu caráter historicamente potencializador de saberes e culturas, atuante e direcionado para as lutas diárias por transformação social.

Deste modo, ao romper com um modelo tradicional de ensino, com processos pedagógicos que excluem ou marginalizam grupos sociais, pensa-se no processo de educação como um meio de emancipação, conforme preconiza Bell Hooks (2017) ao propor que o papel da educação deve ir além da transmissão de conteúdos formais, transformando-se em uma prática de liberdade na qual estudantes e educadores são agentes de mudança.

Neste sentido, a autora incentiva o ensino como um ato transgressor, rompendo com as normas de opressão racial, sexual e de classe, promovendo uma abordagem inclusiva e dialógica, que respeita a experiência e a subjetividade de cada estudante. Um dos conceitos centrais é a "pedagogia engajada" que exige do educador uma conexão integral com o grupo, integrando aspectos emocionais, espirituais e intelectuais no processo de aprendizado.

Esta pedagogia preconiza a colaboração ativa na construção do conhecimento. Hooks (2017) também explora o conceito de "consciência crítica", uma ideia influenciada por Paulo Freire, que vê o aprendizado como um caminho para entender e transformar as estruturas opressivas da sociedade.

A mesma autora, no citado livro, nos chama a atenção para práticas feministas e a importante conexão com as experiências e testemunhos individuais das mulheres em movimento. Essa reflexão nos chama a atenção para o desafio proposto por Hooks (2017) de que a teoria pode ser um meio para 'nomear' as experiências de grupos historicamente oprimidos, que ao partilharem de suas dores e expressões de desigualdades, passam a entender e desafiar as estruturas opressivas de racismo, sexismo, de classe. É, portanto, uma prática libertadora e essencial para romper com as concepções tradicionais de educação, que perpetuam, na maioria das vezes, desigualdades e que não abordam de forma crítica as questões de poder e hierarquias sociais.

O potencial transformador de epistemologias não-hegemônicas, que se fundam em uma proposta crítica e comprometida de educação, formulando pedagogias que dialoguem com os contextos de grupos civis marginalizados formula teorias e práticas

comprometidas com a transformação social e luta de classes. Sendo portanto, a análise central para se pensar o trabalho com Mulheres em contextos de favela e extrema pobreza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação, em seu primeiro ano, foi marcada pela necessidade de explorar estratégias pedagógicas durante o período de distanciamento social vivenciado em decorrência da crise sanitária da Covid-19. O projeto, que se iniciou no período da pandemia, teve suas atividades mantidas, entendendo a importância da instituição estar em conexão com a comunidade e com as mulheres selecionadas para o desenvolvimento do projeto.

As formações foram realizadas inicialmente de forma remota, através das plataformas digitais e seguidas de atividades híbridas. Muitos foram os desafios desse modelo, mas também representavam uma forma de aproximação e solidariedade entre educandas e educadoras, em meio a tantas dificuldades e vidas ceifadas pela pandemia.

Com a reabertura de alguns espaços e flexibilização do distanciamento social as Agentes Sociais começaram a se conectar presencialmente em meados de 2021, em algumas ações práticas junto à comunidade, período marcado pela doação de cestas básicas e insumos. Um reforço ao senso de solidariedade nos diferentes territórios e contextos sociais. Fortaleceu o olhar das mulheres em formação para a realidade das famílias que estavam a sua volta, mas com a oportunidade de refletir sobre os impactos, as estruturas e as relações desiguais que moldam a sociedade capitalista e suas intersecções.

O processo formativo versava sobre construir respostas a demandas cotidianas do território e potencializar estratégias construídas por mulheres ou refletir sobre estratégias possíveis as problemáticas cotidianas, a partir de pedagogias e práticas de educação não formais e não hegemônicas. Portanto, a aproximação com a trajetória da Educação Popular sintetizava algumas reflexões para o que se via como resultado do processo educador.

O ambiente criado no processo formativo garantiu aprofundar reflexões nas temáticas trabalhadas, que versavam a respeito das relações de gênero, território, violência territorial e segurança pública, diversidade e racialização das pautas.

Um dos resultados dessa construção que materializam a relação formativa proposta e a percepção de práticas e saberes já vivenciadas pelas mulheres desse território,

foi a construção de uma cartilha com os trabalhos desenvolvidos, que compilou discussões a respeito da vida das mulheres no território do Caju e suas intersecções com a questão da violência contra a mulher.

Durante os espaços formativos foi possível observar como as mulheres constroem estratégias de sobrevivência para lidar com questões cotidianas de violação dos direitos humanos. Sendo confrontadas, diariamente, com o desafio de se verem reconhecidas nos espaços de acesso à justiça e promoção de direitos.

Um dos temas que ganhou grande destaque durante toda a formação foi a temática da violência contra a mulher. Ela era central ou transversal na maioria das oficinas no decorrer da formação. Acreditamos que parte dessa ênfase observada se dê pelo próprio período pandêmico em que mulheres se viram colocadas por um longo período no ambiente que integram o maior índice de violação de seus corpos e ceifam suas vidas: a residência.

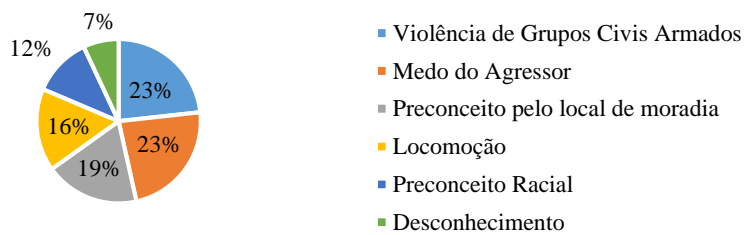
Segundo a terceira edição da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, de 2021, cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual nesse período. Assim como, foram elas que mais sentiram a mudança de rotina de forma desigual, segundo a mesma pesquisa em comparação com os homens, as mulheres registraram (50,9%) níveis mais altos de estresse (BUENO, 2021).

A partir de tais realidades que se caminhou para a necessidade de pensar estratégias de apoio e conscientização das mulheres em relação a violência, pensar nos serviços especializados que compunham a rede de proteção a mulher na cidade do Rio de Janeiro, mas também reconhecer outras potencialidades de proteção e promoção em seus territórios e redes comunitárias.

Ao estudarem os fluxos de atendimento, acesso à justiça e as relações dos serviços com a comunidade, observaram que o fruto da luta das mulheres ao longo das décadas, os serviços de proteção, conquistas sociais importantes, não necessariamente eram acessíveis ou reconhecido por elas.

Foi solicitado às mulheres que identificassem situações dificultadoras para o acesso aos serviços e equipamentos. Foi contabilizado o quantitativo de vezes que as situações apareceram no discurso das mulheres em um quadro para que pudessemos trabalhar e identificar as questões que dificultavam o acesso.

Gráfico 1: Dificuldade de Acesso a Rede de Proteção de Mulheres



O gráfico acima demonstra como as mulheres se expressaram demonstrando que a relação com o território, a insegurança produzida pela violência e sistema patriarcal opressor, são os que apresentaram maior impacto entre o grupo. Abaixo, uma reflexão proveniente da mesma atividade demonstra o forte impacto das relações territoriais com a discussão da violência contra a mulher junto ao grupo.

Sabe-se que em primeiro momento ao sofrer algum tipo de violação, a orientação mais correta seria encaminhar as autoridades acionando a polícia nas delegacias especiais da mulher, porém na maioria dos casos esse processo fica inviabilizado pela ameaça de represálias do tráfico de drogas. (FUNDAÇÃO..., 2021, p.47)

Mediante essas identificações, um questionamento foi colocado às mulheres em formação: “Como pensar os mecanismos de promoção e proteção para as mulheres do Caju?”. Viu-se a necessidade de estudar de forma aprofundada a rede de proteção e criar estratégias para que as mulheres desse território pudessem usufruir dos serviços como um direito.

Detalhadamente, as mulheres pesquisaram e se envolveram em contato com as instituições que compõem a rede de proteção, de forma a entender os detalhes do acesso e conseguir orientar a comunidade de maneira que fosse possível o reconhecimento dos serviços oferecidos.

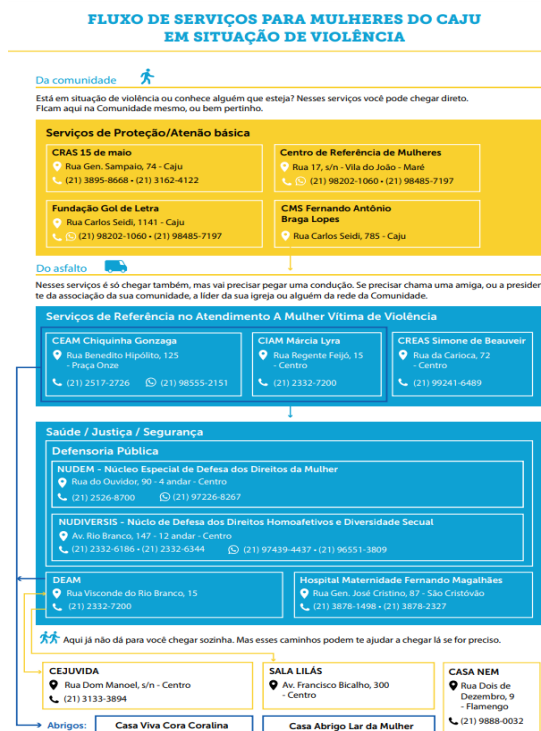
No decorrer da pesquisa, observavam que no território do Caju também conseguiam ver nos equipamentos da atenção primária de saúde e equipamento de proteção social da assistência, Unidade Básica de Saúde e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), respectivamente, importantes aliados na proteção às mulheres e promoção de direitos.

Portanto, metodologicamente as oficinas foram produzindo o que as educandas começaram a chamar de **Rede na Favela** e **Rede no Asfalto**. Esse aspecto é de extrema relevância para a análise desse trabalho, pois ele visa demarcar e posicionar o

distanciamento de alguns serviços públicos no atendimento as mulheres em territórios de favela. Mas, também nos traz importantes reflexões para o esforço criativo e coletivo das mulheres em formação em tentar sistematizar formas para que todas as mulheres pudessem acessá-los, entendendo-os como conquistas coletivas.

Passou-se a desenhar um fluxo para acesso aos serviços, que fosse de fácil entendimento e que também dialogasse estratégias com as mulheres do território que deles precisasse.

Imagem 1: Fluxo criado pelas mulheres em formação



Fonte: FUNDAÇÃO..., 2021

O fluxo, portanto, foi pensado para que as mulheres do território escolhessem qual caminho seguir, sendo protagonista das suas trajetórias a partir do reconhecimento da violação dos direitos, e considerando a mulher como um sujeito com cor/raça, idade, religião, território, orientação sexual.

Assim sendo, buscou-se tornar o acesso a direitos para a mulher amplo e integral, não desconsiderando as demais opressões sofridas pela mulher em situação de violência, mas, reconhecendo a construção de identidade racial e de gênero, sua pluralidade, suas crenças, concepções, vínculos materiais e afetivos, que devem ser levados em consideração no diálogo em situações de violação de seus direitos.

O trabalho produzido também amplia o olhar para possibilidades de projetos sociais, instituições religiosas reconhecidas pelo trabalho comprometido com a luta social no território e outros equipamentos que dialogassem com a realidade local, estes não necessariamente sendo reconhecido como serviços dentro do Fluxo, mas como possibilidade de apoio para alcançar o direito de utilização e assistência.

Em suma, assumir o combate à violação de direitos das mulheres como uma estratégia coletiva e de responsabilidade de toda a comunidade. Essas estratégias foram pensadas de forma a se fortalecer para que as mulheres tivessem seus direitos garantidos e que não fossem invisibilizadas frente as políticas públicas, ao não acessarem os serviços disponíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao capacitar mulheres locais para serem agentes de mudança e facilitadoras do acesso às políticas públicas, buscou-se promover a inclusão e a participação ativa das mulheres na sociedade, desafiando as estruturas de poder que perpetuam a violência de gênero e a marginalização das comunidades periféricas. O produto da formação representa uma estratégia poderosa para fortalecer lideranças femininas a contrapor os desafios enfrentados pelas mulheres em contextos específicos de violação de direitos.

É ainda fundamental reconhecer que, durante a pandemia de COVID-19, as desigualdades de gênero foram aprofundadas, especialmente para mulheres em áreas periféricas como o Caju. Os dados alarmantes sobre a violência contra a mulher durante esse período, a insegurança alimentar e o isolamento de serviços e projetos que compunham a rede cotidiana para as mulheres, assim como o olhar atento possibilitado pela formação, destacaram a necessidade de se pensar possibilidades de mudança da realidade vivenciada no território do Caju.

O domínio do conhecimento das redes de apoio as colocou em posição de liderança comunitária e defensoras dos direitos das mulheres, no enfrentamento às desigualdades, abordando as causas subjacentes da violência e da “exclusão”. Portanto, investir em processos formativos como este fortalece as mulheres individualmente, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao reconhecer e valorizar a expertise e a liderança das mulheres locais, podemos promover uma transformação positiva e sustentável em favelas e espaços populares, onde a resiliência e a luta pela igualdade são constantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla, LÜCHMANN; Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (8), pp. 237–263, 2012.

BARROS, Rachel; GUARIENTO, Suellen. (org.). Mapeamento de Fluxos de atendimento para mulheres: Estratégias e ações contra a violência institucional no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Fase**, 2019: Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-10/eBOOK_Mapeamento_de%20fluxos.pdf. Acesso em: 22 de out. 2024.

BUENO, Samira et al. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 3. ed. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2021

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos no Brasil: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. In: Paiva, R. A. (Org.) Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro, Editora PUC-RJ/ **Editora Pallas**, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. Belo Horizonte: **Letramento**, 2018.

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. A práxis no processo formativo de agentes sociais: vivências artísticas como possibilidade de superação das violências. Rio de Janeiro: **Fundação Gol de Letra**, 2021. Disponível em: <https://www.goldeletra.org.br/wp-content/uploads/2022/04/GDL_publicacao_agentes-sociais_1512-1.pdf>. Acesso em: 26 out 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 7ª e.d. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.

_____. Educação como prática da liberdade. 54ª e.d. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2022.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2ª e.d. São Paulo: **Editora WMF Martins Fontes**, 2017.

JORGE, Andreza. Feminismos Favelados. Uma experiência no Complexo da Maré. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle. (org.). A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras. São Paulo: **Oralityras**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradicalimaginacao-politica-2021.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2024.

PALUDO, Conceição. Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular. Porto Alegre: **Tomo Editorial**, 2001.

SANTOS, Ariovaldo. Mundialização, educação e emancipação humana. In: ORSO, Paulino José; [et al] (Orgs). Educação e Luta de Classes. 2ª ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2013.